

COP27: faltou compromisso mais alargado

Cimeira criou acordo para criação de fundo de ajuda a países em desenvolvimento, mas não se comprometeu com metas mais apertadas.

A [APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis](#) congratula o acordo estabelecido na COP27, destinado à criação de um fundo para apoiar os países em desenvolvimento, particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das alterações mudança climáticas. Porém, ficaram por endereçar vários pontos preocupantes, que impedem uma resposta mais imediata à emergência climática.

A COP27, a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) dedicada à Mudança do Clima, teve lugar em Sharm El-Sheikh, no Egito, entre os dias 6 e 18 de novembro. Apesar dos vários dias de debates e discussão, apenas no dia 20 se chegou às deposições finais, com o estabelecimento de um fundo histórico para perdas e danos. Este fundo fará com que os países que para ele contribuírem participem no esforço de salvar vidas e meios de subsistência de desastres relacionados com as alterações climáticas.

Houve acordo para reduzir as emissões líquidas globais de gases de efeito estufa em 43% até 2030 em relação ao nível de 2019 - para limitar o aquecimento global à meta de 1,5°C. Além disso, acordou-se que se deve integrar ainda mais a água nos esforços de adaptação para aumentar a proteção, conservação e restauração da segurança alimentar, agricultura, água e ecossistemas relacionados à água, incluindo bacias hidrográficas, aquíferos e lagos.

Sublinhou-se também a necessidade de transformar o sistema financeiro, incluindo bancos multilaterais de desenvolvimento e instituições financeiras internacionais. Estes são chamados a reformar as suas práticas e prioridades, alinhar e aumentar o financiamento para garantir acesso simplificado e mobilizar financiamento climático de várias fontes.

Apesar dos avanços, e das longas horas de negociações, continuam a existirem pontos de cisão, que APREN considera preocupantes.

O acordo de Paris (2015) continha duas metas de temperatura – manter o aumento da temperatura “bem abaixo de 2°C” e “prosseguir os esforços” para manter o aumento em 1,5°C. Na COP26, em Glasgow, uma vez que os compromissos de reduzir as emissões de gases de efeito estufa eram muito fracos para ficar dentro do limite de 1,5°C, os vários países concordaram em voltar a fortalecê-los anualmente, mas a resolução que o exigia foi, entretanto, retirada.

Por outro lado, o texto final da COP27 contém uma disposição para impulsionar as energias de “baixas emissões”. É certo que esta expressão pode estar associada a várias soluções renováveis, porém pode também abarcar a utilização do gás natural ou do nuclear. Este é um ponto que a APREN não vê com bons olhos e que é um claro sinal da pressão de alguns países presentes na COP27 no sentido de proteger os seus negócios de gás natural e de eletricidade de fonte nuclear.

Por último, no ano passado, em Glasgow, foi acordado um compromisso de redução gradual do uso de carvão. Foi a primeira vez que uma resolução sobre combustíveis fósseis foi incluída no texto final. Na COP27 deste ano alguns países – liderados pela Índia – quiseram ir mais longe e comprometer-se a reduzir gradualmente todos os combustíveis fósseis, mas a proposta acabou por falhar e não ser incluída.

Posto isto, a APREN congratula os esforços conseguidos por todas as partes envolvidas, mas, face à atual emergência climática, e tendo em conta os planos reforçados da União Europeia, como o Fit for 55 e REPowerEU, era necessário um compromisso mais profundo e alargado em prol de um futuro sustentável.

Lisboa, 22 de novembro de 2022.

Para mais informações contacte:

Diogo Carvalheda | diogo.carvalheda@apren.pt | +351 918 775 963

Sobre a APREN

A [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.